



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO
Número do processo: 23068.011122/2022-66

1. DO OBJETO

1.1 O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em exames laboratoriais para realização dos exames médicos periódicos na Universidade Federal do Espírito Santo, nos municípios de Vitória/ES, Alegre/ES e São Mateus/ES, em atendimento ao Decreto nº 6.856/2009 e Portaria Normativa nº 04/2009 – SRH/MPOG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Ficam estabelecidas as especificações, condições e quantidades de exames em cada localidade, segundo quadro apresentado abaixo:

Item	Descrição do Serviço	CH	Código	Und/MT	Vitória	Alegre	São Mateus	Total	Valor Unitário
1	Hemograma completo com contagem de plaquetas	30	28.04.048-1	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 16,90
2	Glicemia	14	28.01.097-3	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 9,00
3	EAS	20	28.13.036-7	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 10,24
4	Uréia	14	28.01.141-4	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 9,00
5	Creatinina	14	28.01.054-0	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 10,00
6	Colesterol Total	14	28.01.050-7	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 11,26
7	HDL	30	28.01.049-3	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 11,26
8	Triglicerídeos	20	28.01.139-2	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 12,28
9	TGO	14	28.01.136-8	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 9,00
10	TGP	14	28.01.137-6	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 9,00
11	Fosfatase Alcalina	18	28.01.085-0	Unid	1000	140	115	1255	R\$ 9,75
12	Citologia Oncótica			Unid	1100	155	130	1385	R\$ 35,00
13	Pesquisa de Sangue Oculto nas Fezes	10	28.03.017-6	Unid	900	128	105	1133	R\$ 10,24
14	PSA	150	28.06.162-4	Unid	800	115	92	1007	R\$ 29,90
15	Ácido úrico	14	28.01.017-5	Unid	550	80	63	693	R\$ 9,00
16	VDRL	20	28.06.100-4	Unid	225	30	25	280	R\$ 12,00
17	FTA ABS	30	28.06.052-0	Unid	35	5	4	44	R\$ 29,90
18	TSH	85	28.05.070-3	Unid	325	50	40	415	R\$ 22,00
19	T4L	85	28.05.072-0	Unid	325	50	40	415	R\$ 22,00
20	EPF	20	28.03.014-1	Unid	2492	358	302	3152	R\$ 12,00



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

21	Anti HCV	200	28.06.165-9	Unid	225	30	25	280	R\$ 35,00
22	Anti HbSag	70	28.06.021-0	Unid	225	30	25	280	R\$ 25,00
23	Ácido Fólico	85	28.01.006-0	Unid	500	70	58	628	R\$ 25,59
24	HBsAg	60	27.04.020-8	Unid	500	70	58	628	R\$ 22,00
25	Ferritina	125	31.12.018-0	Unid	500	70	58	628	R\$ 27,00
26	Ferro Sérico	18	28.01.080-9	Unid	500	70	58	628	R\$ 9,00
27	Gama-Glutamil Transferase	20	28.01.095-7	Unid	500	70	58	628	R\$ 9,00
28	Hemoglobina Glicosada	45	28.01.102-3	Unid	500	70	58	628	R\$ 16,38
29	Insulina	55	31.12.025-3	Unid	500	70	58	628	R\$ 30,00
30	T-3 Livre	85	28.05.082-7	Unid	500	70	58	628	R\$ 22,00
31	Vitamina B12	50	31.05.001-8	Unid	500	70	58	628	R\$ 26,00
32	Ácido Delta Aminolevulinico	30	28.15.001-5	Unid	55	8	7	70	R\$ 16,90
33	Ácido Hipúrico (para Tolueno)	60	28.15.004-0	Unid	55	8	7	70	R\$ 16,90
34	Ácido Metilhipurico (para Xilenos)	60	28.15.006-6	Unid	55	8	7	70	R\$ 16,90
35	Carboxihemoglobina	13,39	28.15.009-0	Unid	55	8	7	70	R\$ 17,90
36	Chumbo	21,5	28.15.012-0	Unid	55	8	7	70	R\$ 22,00
37	Mercúrio	120	28.15.016-3	Unid	55	8	7	70	R\$ 22,00
38	Níquel	28,96	28.15.019-8	Unid	55	8	7	70	R\$ 30,00
39	Zinco	120	28.15.026-0	Unid	55	8	7	70	R\$ 21,00
40	Manganês	16	28.01.112-0	Unid	55	8	7	70	R\$ 26,50
41	Cádmio	120	28.15.029-5	Unid	55	8	7	70	R\$ 39,28
42	Cobre	28,96	28.01.048-5	Unid	55	8	7	70	R\$ 25,00

1.3 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, não continuado, para obtenção de serviço de exames laboratoriais.

1.4 Os quantitativos dos itens estão discriminados na tabela acima. Esse quantitativo foi calculado com base no número de servidores da UFES ativos em cada localidade, conforme dados da Diretoria de Gestão de Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, porém a realização dos exames periódicos não é obrigatória de acordo com o Decreto nº 6.856, de 2009, não gerando, desta maneira, obrigação da contratação do quantitativo em sua totalidade.

1.5 A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Unitário*.

1.6 O valor dos itens mencionados acima foi estimado por média ou mediana, conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

1.7 O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

1.8 A divulgação da intenção de registro de preços será dispensada em razão das especificidades dos serviços de exames laboratoriais a serem contratados, dentre elas, serem realizados dentro das dependências da Universidade Federal do Espírito Santo, em dias e horários previamente definidos e ainda em datas previamente definidas nos campi de Alegre e São Mateus; assim como a necessidade dar celeridade ao processo visto tratar-se de exames que objetivam acompanhar a saúde dos servidores em face dos riscos existentes nos ambientes de trabalho.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação de empresa especializada em exames laboratoriais visa, prioritariamente, subsidiar a equipe médica da UFES para a realização dos exames médicos periódicos, cujo objetivo é a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais, conforme previsto no Decreto nº 6.856, de 2009. Tal decreto normatizou a realização de exames periódicos para os servidores públicos federais, tornando obrigatória a sua oferta pelos Órgãos.

2.2 Para atendimento ao previsto no aludido decreto, faz-se necessário disponibilizar o serviço laboratorial para que todos os servidores desta Universidade, assim como os nomeados exclusivamente para o exercício de cargo em comissão e os empregados públicos anistiados que retornaram à Administração Pública Federal, em exercício na UFES, possam realizar os exames necessários. Conforme preconiza o decreto, os exames médicos periódicos são bianual para servidores na faixa etária entre 18 e 45 anos, anual para servidores na faixa etária superior aos 45 anos, anual ou intervalos menores para servidores expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional e para os portadores de doenças crônicas, e semestralmente para aqueles que operam Raio X ou substâncias radioativas.

2.3 A contratação de serviço será realizada pelo Sistema de Registro de Preço (SRP), com fundamento nos incisos I, II e IV do Art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, tendo em vista que a realização dos exames periódicos não é obrigatória, de acordo com o Decreto nº 6.856, de 2009, não sendo possível estimar precisamente o quantitativo de exames que serão contratados.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Contratação de empresa para realização dos exames laboratoriais, de modo a subsidiar avaliação médica periódica de todos os servidores da Universidade Federal do Espírito Santo.

3.2 Os serviços serão prestados mensalmente, mediante convocação individualizada em sistema do governo federal, de acordo com cronograma de convocações para realização dos exames periódicos.

3.3 A descrição da solução como um todo, encontra-se nos Estudos Técnicos Preliminares, constantes nos autos do processo digital nº 23068.011122/2022-66, assim como no Sistema ETP Digital, sob o número 50/2022.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos preliminares, os serviços deverão ser executados nas instalações da Universidade da seguinte forma:

5.1.1 Na Unidade de Vitória, serão realizadas as coletas na Diretoria de Atenção à Saúde, Campus Goiabeiras, Avenida Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29.075-910, duas vezes por semana.

5.1.2 No Campus de Alegre – Unidade Alegre, as coletas serão realizadas na Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social, Alto Universitário, s/nº, Caixa Postal 16, Guararema, Alegre, ES, CEP 29.500-000, em até 6 (seis) datas pré-agendadas entre a CONTRATANTE e CONTRATADA.

5.1.3 No CEUNES – Unidade São Mateus, as coletas serão realizadas na Divisão de Atenção à Saúde e Assistência Social-Setorial Norte, Campus São Mateus, Rodovia BR 101 Norte, Km 60, Bairro Litorâneo, São Mateus, ES, CEP: 29.932-540, em até 6 (seis) datas pré-agendadas entre a CONTRATANTE e CONTRATADA.

5.2 As despesas relativas ao transporte de materiais necessários a coleta, bem como dos funcionários são de responsabilidade da CONTRATADA.

5.3 A convocação para realização dos exames periódicos ocorrerá de acordo com cronograma definido pelo Diretoria de Atenção à Saúde da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (DAS/Progep), através do sistema SIAPE SAÚDE, que adota os critérios definidos no Decreto nº 6.856, de 2009.

5.4 A realização dos exames ocorrerá mediante a emissão de guias eletrônicas através do sistema SIAPE SAÚDE.

5.5 Os resultados dos exames deverão ser encaminhados em envelope lacrado à Diretoria de Atenção à Saúde, Campus Goiabeiras, Avenida Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29.075-910, no prazo de até 10 dias úteis da data da realização da coleta.

6 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A empresa deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental dispostos na Instrução Normativa 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, a saber:

6.1.1 usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

6.1.2 fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

6.1.3 respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

7 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A execução do serviço ocorrerá mensalmente, conforme cronograma setorial de convocação da Universidade, obedecendo aos critérios definidos no Decreto nº 6.856, de 2009.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

8.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

8.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas,



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

9.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

9.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais,



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.22 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

9.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.23 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

9.25 Observar critérios de sustentabilidade ambiental dispostos no item 6 deste documento, nos termos da Instrução Normativa 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

10 DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

12.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

12.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

12.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.13 A fiscalização dos serviços abrange, ainda:

12.13.1 promover avaliações dos serviços executados;

12.13.2 atestar os documentos referentes à prestação de serviço mensal nos termos contratados para efeito do pagamento;

12.13.3 sustar qualquer trabalho como medida necessária.

12.14 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 13.1. A avaliação da execução do objeto redimensionará o pagamento, sempre que a CONTRATADA:
- 13.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 13.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 13.2.1 Realização de demanda acordada;
 - 13.2.2 Execução de demanda contratada com qualidade mínima exigida;
 - 13.2.3 Utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço;
 - 13.2.4 Regularidade com obrigações previdenciárias, trabalhistas e tributárias.
- 13.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 13.3.1. não produziu os resultados acordados;
 - 13.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 13.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 14.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 14.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.5. O recebimento da última etapa da execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

14.5.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

14.5.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

14.5.3. O prazo para recebimento definitivo será de 30 dias.

14.5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

14.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

14.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15 DO PAGAMENTO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

15.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

15.3. O pagamento será efetuado pela Contratante em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.5.1. o prazo de validade;

15.5.2. a data da emissão;

15.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.5.4. o período de prestação dos serviços;



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

15.5.5. o valor a pagar; e

15.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

16 DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IGP-M/FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

17 GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

17.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.2.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

17.2.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

17.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

17.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.10 Será considerada extinta a garantia:

17.10.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

17.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

17.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.12 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

18.1.1 falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

18.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3 fraudar na execução do contrato;

18.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

18.1.5 cometer fraude fiscal.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2 **Multa de:**

(a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

18.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

18.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.9 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

18.13 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.14 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3 Os critérios de qualificação técnica se dará através das seguintes comprovações:

19.3.1 Para atendimento à qualificação técnico-operacional:

(a) Atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a prestação de serviço de exames laboratoriais, objeto do presente termo, para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas;

(b) Alvará sanitário/Licença de funcionamento/Licença sanitária, nos termos dos item 4.1 e 5.1.1 da Resolução da Diretoria Colegiada ANVISA nº 302, de 2005, assim como em cumprimento à Lei Municipal 4.424, de 1997 – que institui o Código Sanitário do Município de Vitória, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social para a proteção, defesa, promoção, prevenção e recuperação da saúde.

19.3.2 Para atendimento à qualificação técnico-profissional:

(a) Comprovação de possuir profissional legalmente habilitado, dentre as seguintes especialidades: farmacêutico, biólogo, bioquímico ou médico patologista, inscrito no respectivo Conselho de Classe, que assume perante a Vigilância Sanitária a Responsabilidade Técnica do laboratório clínico ou do posto de coleta laboratorial, conforme preconiza a Resolução da Diretoria Colegiada ANVISA nº 302, de 13 de outubro de 2005;

(b) Possuir auxiliares e técnicos das Ciências Biológicas, Bioquímicas, da Saúde e afins, previstos na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho, qualificados para suas respectivas funções e reconhecidos em seus Conselhos de Classe, no que couber;

(c) A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

19.4 No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

19.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

19.5.1 Valor Global: R \$661.669,71 (seiscentos e sessenta e um mil e seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e um centavos).

19.5.2 Valores unitários, conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

19.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

19.7. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

20 DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1 O custo estimado da contratação é de R \$661.669,71 (seiscentos e sessenta e um mil e seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e um centavos).

21 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Vitória/ES, 26 de outubro de 2022.

DANIELA SIMÕES FREITAS MOTTA
Diretora de Atenção à Saúde

ANDREIA BARBOSA DA SILVA
Secretária Executiva

SUELY TANIA DIAS
Técnica de Segurança do Trabalho



Universidade Federal do Espírito Santo
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Atenção à Saúde

ANEXO I

Descrição do Serviço	Composição de Custos - Exames laboratoriais										
	Total	Painel de Preços Contratações similares	Pesquisa Fornecedores			Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Mediana	Método a ser utilizado	Valor estimado anual
			Lab 1	Lab 2	Lab 3						
Hemograma completo com contagem de plaquetas	3152	R\$ 13,00	R\$ 16,90	R\$ 20,47	R\$ 6,95	R\$ 14,33	5,72499417758	40%	R\$ 16,90	MEDIANA	R\$ 53.268,80
Glicemia	3152	R\$ 19,18	R\$ 9,00	R\$ 12,28	R\$ 3,00	R\$ 10,87	4,08488149513	38%	R\$ 9,00	MEDIANA	R\$ 28.368,00
EAS	3152	R\$ 8,00	R\$ 11,00	R\$ 10,24	R\$ 4,98	R\$ 8,56	2,67836198387	31%	R\$ 10,24	MEDIANA	R\$ 32.276,48
Uréia	3152	R\$ 20,79	R\$ 9,00	R\$ 11,26	R\$ 3,70	R\$ 11,19	3,54969797718	32%	R\$ 9,00	MEDIANA	R\$ 28.368,00
Creatinina	3152	R\$ 8,91	R\$ 10,00	R\$ 11,26	R\$ 3,70	R\$ 8,47	3,30790554014	39%	R\$ 10,00	MEDIANA	R\$ 31.520,00
Coolesterol Total	3152	R\$ 23,81	R\$ 12,00	R\$ 11,26	R\$ 3,70	R\$ 12,69	4,18317930078	33%	R\$ 11,26	MEDIANA	R\$ 35.491,52
HDL	3152	R\$ 3,51	R\$ 13,75	R\$ 11,26	R\$ 3,70	R\$ 8,06	4,34000072005	54%	R\$ 11,26	MEDIANA	R\$ 35.491,52
Triglicerídeos	3152	R\$ 7,10	R\$ 15,90	R\$ 12,28	R\$ 3,70	R\$ 9,75	5,13495435715	53%	R\$ 12,28	MEDIANA	R\$ 38.706,56
TGO	3152	R\$ 6,65	R\$ 9,00	R\$ 11,26	R\$ 3,70	R\$ 7,65	3,17284400223	41%	R\$ 9,00	MEDIANA	R\$ 28.368,00
TGP	3152	R\$ 2,01	R\$ 9,00	R\$ 11,26	R\$ 3,70	R\$ 6,49	3,25532728449	50%	R\$ 9,00	MEDIANA	R\$ 28.368,00
Fosfatase Alcalina	1255	R\$ 6,00	R\$ 9,75	R\$ 11,26	R\$ 3,90	R\$ 7,73	3,1870986248	41%	R\$ 9,75	MEDIANA	R\$ 12.236,25
Citologia Oncótica	1385	R\$ 90,83	R\$ 35,00	R\$ 49,13	R\$ 20,90	R\$ 48,97	13,472479588	28%	R\$ 35,00	MEDIANA	R\$ 48.475,00
Pesquisa de Sangue Oculto nas Fezes	1133	R\$ 46,00	R\$ 36,00	R\$ 10,24	R\$ 6,95	R\$ 24,55	13,4283298749	55%	R\$ 10,24	MEDIANA	R\$ 11.601,92
PSA	1007	R\$ 38,00	R\$ 29,90	R\$ 35,82	R\$ 10,90	R\$ 28,16	10,7105288012	38%	R\$ 29,90	MEDIANA	R\$ 30.109,30
Ácido úrico	893	R\$ 20,78	R\$ 9,00	R\$ 11,26	R\$ 3,70	R\$ 11,19	3,54913457761	32%	R\$ 9,00	MEDIANA	R\$ 6.237,00
VDRL	280	R\$ 9,99	R\$ 12,00	R\$ 12,28	R\$ 4,90	R\$ 9,79	3,41504110212	35%	R\$ 12,00	MEDIANA	R\$ 3.360,00
FTA ABS	44	R\$ 14,00	R\$ 29,90	R\$ 19,45	R\$ 50,00	R\$ 28,34	12,9009300981	46%	R\$ 29,90	MEDIANA	R\$ 1.315,00
TSH	415	R\$ 14,99	R\$ 22,00	R\$ 25,59	R\$ 9,00	R\$ 17,90	7,14318800138	40%	R\$ 22,00	MEDIANA	R\$ 9.130,00
T4L	415	R\$ 14,00	R\$ 22,00	R\$ 25,59	R\$ 9,00	R\$ 17,65	7,15263948221	41%	R\$ 22,00	MEDIANA	R\$ 9.130,00
EPF	3152	R\$ 11,54	R\$ 12,00	R\$ 13,31	R\$ 4,95	R\$ 10,45	3,67582530416	35%	R\$ 12,00	MEDIANA	R\$ 37.824,00
Anti HCV	280	R\$ 18,55	R\$ 35,00	R\$ 54,25	R\$ 15,00	R\$ 30,70	16,1521605882	53%	R\$ 35,00	MEDIANA	R\$ 9.800,00
Anti HbSag	280	R\$ 18,55	R\$ 25,00	R\$ 35,82	R\$ 12,00	R\$ 22,84	9,78428406127	43%	R\$ 25,00	MEDIANA	R\$ 7.000,00
Ácido Fólico	828	R\$ 19,88	R\$ 30,00	R\$ 25,59	R\$ 12,00	R\$ 21,87	7,66756327411	35%	R\$ 25,59	MEDIANA	R\$ 16.070,52
HbA1c	828	R\$ 9,00	R\$ 22,00	R\$ 25,59	R\$ 12,00	R\$ 17,15	5,90829585378	34%	R\$ 22,00	MEDIANA	R\$ 13.816,00
Ferritina	828	R\$ 15,59	R\$ 27,00	R\$ 30,71	R\$ 9,00	R\$ 20,58	9,51782395911	46%	R\$ 27,00	MEDIANA	R\$ 16.956,00
Ferro Sérico	828	R\$ 3,51	R\$ 9,00	R\$ 11,26	R\$ 3,70	R\$ 6,87	3,21747680895	47%	R\$ 9,00	MEDIANA	R\$ 5.652,00
Gama-Glutamil Transferase	828	R\$ 3,51	R\$ 9,00	R\$ 12,28	R\$ 3,90	R\$ 7,17	3,50152788562	49%	R\$ 9,00	MEDIANA	R\$ 5.652,00
Hemoglobina Glicosada	828	R\$ 28,00	R\$ 27,00	R\$ 16,38	R\$ 9,00	R\$ 20,10	7,50459900861	37%	R\$ 16,38	MEDIANA	R\$ 10.286,64
Insulina	828	R\$ 38,33	R\$ 30,00	R\$ 33,78	R\$ 15,00	R\$ 28,78	8,20729258419	29%	R\$ 30,00	MEDIANA	R\$ 18.840,00
T-3 Livre	828	R\$ 14,00	R\$ 22,00	R\$ 45,04	R\$ 9,00	R\$ 22,51	14,9697035709	87%	R\$ 22,00	MEDIANA	R\$ 13.816,00
Vitamina B12	828	R\$ 15,24	R\$ 26,00	R\$ 30,60	R\$ 12,00	R\$ 20,96	7,96729148783	38%	R\$ 26,00	MEDIANA	R\$ 16.328,00
Ácido Delta Aminolevulinico	70	R\$ 20,00	R\$ 16,90	R\$ 30,71	R\$ 15,00	R\$ 20,65	7,00187783562	34%	R\$ 16,90	MEDIANA	R\$ 1.183,00
Ácido Hipúrico (para Tolueno)	70	R\$ 28,95	R\$ 16,90	R\$ 36,85	R\$ 12,00	R\$ 23,68	10,7831731377	46%	R\$ 16,90	MEDIANA	R\$ 1.183,00
Ácido Metilhipúrico (para Xilenos)	70	R\$ 38,96	R\$ 16,90	R\$ 36,85	R\$ 12,00	R\$ 28,18	10,9563937526	42%	R\$ 16,90	MEDIANA	R\$ 1.183,00
Carboxihemoglobina	70	NL	R\$ 17,90	R\$ 25,59	R\$ 9,00	R\$ 17,50	6,77884126447	39%	R\$ 17,90	MEDIANA	R\$ 1.253,00
Chumbo	70	R\$ 30,80	R\$ 22,00	R\$ 49,13	R\$ 12,00	R\$ 28,48	15,8915281515	55%	R\$ 22,00	MEDIANA	R\$ 1.540,00
Mercurio	70	NL	R\$ 22,00	R\$ 74,72	R\$ 20,00	R\$ 38,91	25,3370102595	65%	R\$ 22,00	MEDIANA	R\$ 1.540,00
Níquel	70	R\$ 55,15	R\$ 25,00	R\$ 90,07	R\$ 30,00	R\$ 50,08	29,5785199018	59%	R\$ 30,00	MEDIANA	R\$ 2.100,00
Zinco	70	R\$ 15,65	R\$ 21,00	R\$ 22,52	R\$ 12,00	R\$ 17,79	4,66627863526	26%	R\$ 21,00	MEDIANA	R\$ 1.470,00
Manganês	70	R\$ 58,84	R\$ 26,50	R\$ 49,13	R\$ 20,00	R\$ 37,87	12,8395071256	34%	R\$ 26,50	MEDIANA	R\$ 1.855,00
Cádmio	70	R\$ 44,94	R\$ 31,00	R\$ 51,18	R\$ 30,00	R\$ 39,28	9,80288500833	25%	R\$ 31,00	MÉDIA	R\$ 2.749,60
Cobre	70	R\$ 40,98	R\$ 25,00	R\$ 40,94	R\$ 12,00	R\$ 29,73	11,982616228	40%	R\$ 25,00	MEDIANA	R\$ 1.750,00
Valor Estimado											R\$ 661.666,71



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ANDREIA BARBOSA DA SILVA - SIAPE 2652474
Diretoria de Atenção à Saúde - DAS/PROGEP
Em 26/10/2022 às 17:12

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/592089?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
SUELY TANIA DIAS - SIAPE 1799038
Divisão de Assistência à Saúde - DASA/DAS/PROGEP
Em 26/10/2022 às 17:56

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/592131?tipoArquivo=O>